



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Expressão e Opressões no Capitalismo

A engrenagem oculta: trabalho doméstico não remunerado feminino e reprodução da vida em Corumbá/MS

Ana Cristina Oliveira de Oliveira¹

Marcus Vinícius Azevedo de Abreu²

Resumo: O estudo analisa o trabalho doméstico não remunerado de mulheres em Corumbá/MS no capitalismo dependente brasileiro. Parte-se da compreensão de que sua centralidade na vida cotidiana decorre de determinações estruturais de classe, gênero, raça e conservadorismo ancorada na superexploração da força de trabalho. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, com revisão bibliográfica e análise territorial, dialogando com a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria da Reprodução Social, permitindo apreender o fenômeno em sua totalidade. Os resultados evidenciam que esse trabalho é central à reprodução da vida social e do capital, sendo sustentado pela naturalização da divisão sociosexual e racial do trabalho, o que intensifica a sobrecarga e invisibilização do trabalho doméstico.

Palavras-chave: trabalho doméstico não remunerado; reprodução social; capitalismo dependente; conservadorismo.

The hidden mechanism: women's unpaid domestic work and the reproduction of life in Corumbá, MS

Abstract: This study analyzes the unpaid domestic work of women in Corumbá/MS within Brazilian dependent capitalism. It begins with the understanding that its centrality in daily life stems from structural determinations of class, gender, race, and conservatism. The qualitative research is grounded in historical-dialectical materialism, with bibliographic review and territorial analysis, engaging with Marxist Dependency Theory and Social Reproduction Theory, allowing for a comprehensive understanding of the phenomenon. The results show that this work is central to the reproduction of social life and capital, sustained by the naturalization of the socio-sexual and racial division of labor, which intensifies the overload and invisibility of domestic work.

Keywords: unpaid domestic work; social reproduction; dependent capitalism; conservatism.

1. Introdução

O presente trabalho analisa o trabalho doméstico não remunerado realizado por mulheres em bairros periféricos do município de Corumbá/MS, situado na região Centro-Oeste, no Pantanal sul-mato-grossense e em área de fronteira com a Bolívia capitalismo dependente evidenciando suas determinações estruturais e as mediações conservadoras

¹Pós-Doutora pela UFPE e Iscté- Universidade de Lisboa, Professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: anacristinaoliveira@id.uff.br.

²Assistente Social. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PGSSDR) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: marcusabreu@id.uff.br.

que contribuem para sua naturalização e invisibilização. Trata-se de um território marcado por particularidades socioespaciais que tensionam a reprodução da vida cotidiana em contextos periféricos, especialmente diante da limitada presença estatal e da centralidade feminina na organização da vida social.

Segundo o Observatório do Cadastro Único (Brasil, 2024), 78,1% das famílias cadastradas no município são chefiadas por mulheres, o que evidencia sua centralidade na sustentação das unidades domésticas e na garantia da reprodução cotidiana da vida. Nesse contexto, o trabalho doméstico não remunerado se configura como eixo estruturante da vida social, ainda que invisibilizado e socialmente desvalorizado (Berdague, 2025; Bhattacharya, 2013; Vogel, 2013).

Parte-se da compreensão de que essa centralidade não pode ser explicada apenas pela ausência de políticas públicas, mas decorre de determinações estruturais próprias do capitalismo dependente, que articulam classe, gênero, raça e conservadorismo na organização da vida social (Machado; Verbicaro, 2021). Tais determinações são reforçadas por mediações ideológicas conservadoras que naturalizam a família como espaço privado de cuidado e atribuem às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pela reprodução da vida (Netto, 1999).

Nesse sentido, o trabalho doméstico não remunerado é compreendido como parte constitutiva da reprodução social e, portanto, da própria reprodução do capital, ao garantir a reposição cotidiana da força de trabalho fora da esfera mercantil. Essa dinâmica expressa uma lógica de dupla exploração do trabalho feminino, que articula dimensões produtivas e reprodutivas (Antunes, 2009), sendo a reprodução social elemento indispensável ao funcionamento do sistema capitalista (Bhattacharya, 2013).

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, com abordagem qualitativa, baseado em revisão bibliográfica crítica e análise contextual da realidade de Corumbá/MS. O referencial teórico articula a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Teoria da Reprodução Social (TRS), permitindo a apreensão do fenômeno em sua totalidade, a partir das mediações entre capitalismo dependente, trabalho e reprodução da vida social.

Ao observar a organização concreta da vida social no município, as desigualdades se evidenciam. Segundo o Observatório do Cadastro Único, das 26.084 famílias cadastradas em Corumbá/MS, 78,1% possuem mulheres como responsáveis familiares,

enquanto apenas 21,9% estão sob responsabilidade de homens (Brasil, 2024), evidenciando a centralidade feminina na sustentação das unidades domésticas.

Tal dado não se apresenta como um fenômeno isolado, mas como expressão de uma dinâmica social mais ampla, na qual a responsabilidade pela reprodução da vida recai, de forma sistemática, sobre as mulheres. Nesse sentido, o trabalho doméstico não remunerado assume a centralidade, garantindo a manutenção cotidiana da vida familiar sem reconhecimento social ou remuneração (Berdague, 2025, p. 02).

Para além da dimensão empírica, a permanência do trabalho doméstico não remunerado, como atribuição feminina, não pode ser explicada apenas pela insuficiência de políticas públicas, mas por determinações estruturais que articulam a organização do trabalho às formas de reprodução da vida (Machado; Verbicaro, 2021).

Ademais, tais dinâmicas são também atravessadas por mediações ideológicas, dentre as quais se destaca o conservadorismo, entendido como uma forma de pensamento social que reafirma a centralidade da família, a responsabilização privada e a naturalização das desigualdades, que contribuem para a naturalização dessas responsabilidades (Netto, 1999).

Diante desse cenário, torna-se fundamental problematizar: em que medida o trabalho doméstico não remunerado feminino, na realidade de Corumbá/MS, expressa uma determinação estrutural da reprodução social no capitalismo dependente e é reforçado por elementos conservadores que naturalizam a responsabilização das mulheres?

Nessa direção, o trabalho doméstico não remunerado, ainda que invisibilizado, constitui uma dimensão indispensável à reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, à valorização do capital, na medida em que a reprodução social integra o próprio funcionamento do sistema capitalista (Bhattacharya, 2013).

Por fim, este estudo fundamenta-se na Teoria Marxista da Dependência (TMD) e na Teoria da Reprodução Social (TRS), articuladas à análise empírica da realidade de Corumbá/MS. Para tanto, considera-se a totalidade das relações sociais que estruturam a vida das mulheres pantaneiras, adotando uma perspectiva crítica que reconhece a permanência de elementos conservadores na organização da vida social, especialmente no que se refere à naturalização do trabalho doméstico e de cuidado como atribuição feminina.

2. Trabalho doméstico não remunerado feminino e superexploração da força de trabalho

O trabalho doméstico não remunerado feminino ocupa lugar central na reprodução social, apesar de historicamente ser invisibilizado e desvalorizado. Trata-se de um conjunto de atividades indispensáveis à manutenção cotidiana da vida, como o cuidado, a alimentação e a organização do ambiente doméstico, realizadas sem remuneração e sem reconhecimento econômico direto. Ainda que não pago, esse trabalho é fundamental para a reposição da força de trabalho e, conseqüentemente, para o funcionamento da sociedade. Conforme Bhattacharya (2013), a reprodução social integra o próprio funcionamento do sistema capitalista, evidenciando que a sustentação da vida cotidiana está diretamente articulada à dinâmica de valorização do capital. Nesse sentido, a autora afirma que “a reprodução da força de trabalho é indispensável à reprodução do capital” (Bhattacharya, 2013, p. 4).

No âmbito da reprodução social, a produção da força de trabalho não ocorre de forma espontânea, mas depende de um conjunto de atividades realizadas no espaço doméstico, historicamente atribuídas às mulheres e desprovidas de remuneração. Nessa direção, a literatura evidencia que a própria existência da força de trabalho pressupõe a superexploração da força de trabalho reprodutivo feminino:

A Teoria da Reprodução Social evidencia que essa exploração não se encerra na produção de mercadorias, estendendo-se à esfera doméstica, onde se realiza o cuidado e a reprodução da força de trabalho. Conhecido como trabalho invisível ou trabalho doméstico não remunerado, esse conjunto de atividades abrange o cuidado com a casa, filhos e família (GOMES; SOUSA, 2024).

Assim, o trabalho doméstico não remunerado não se apresenta como uma dimensão externa ao processo produtivo, mas como condição indispensável à reprodução da força de trabalho e, portanto, à própria dinâmica de acumulação capitalista. Tal processo remonta à própria constituição histórica do país, na qual, conforme aponta Prado Jr. (2011), a colonização estruturou-se como uma empresa voltada à exploração econômica em benefício das metrópoles europeias, estabelecendo bases duradouras de desigualdade que ainda se expressam na organização social do trabalho.

Nesse processo, o trabalho doméstico não remunerado foi historicamente atribuído às mulheres, especialmente aquelas inseridas nas camadas populares, sendo tratado como uma obrigação natural e não como trabalho socialmente necessário. Tal

dinâmica manifesta-se, ainda, de forma desigual, incidindo de maneira mais intensa sobre mulheres negras, o que evidencia a permanência de hierarquias históricas na organização social do trabalho (Martins, 2025, p. 61-69).

Essa configuração não é recente, porém encontra raízes na própria formação do trabalho doméstico no Brasil, profundamente vinculada à herança escravocrata.

Sob essa perspectiva, essa permanência histórica não se sustenta apenas por heranças estruturais, sendo também reforçada por dinâmicas contemporâneas. Em contextos de limitação do fundo público e reconfiguração das políticas sociais, observa-se a transferência das responsabilidades pela reprodução da vida para o âmbito privado, especialmente para as famílias. Nesse movimento, o trabalho doméstico e de cuidado permanece tratado como atribuição feminina, sendo naturalizado como extensão socialmente construídos (Camargo, 2025, p. 11).

Desse modo, a desresponsabilização do Estado e a centralidade atribuída às famílias na garantia da reprodução da vida não se configuram como fenômenos ocasionais, mas como expressões da própria forma de organização do capitalismo dependente.

Nessa direção, importa destacar que tais dinâmicas assumem contornos ainda mais intensos nas formações sociais periféricas, nas quais a dependência econômica e política condiciona a forma de atuação do Estado. Esse deslocamento é ainda mais dramático nos países de economia dependente, onde o Estado se exime de responsabilidades sociais e a precarização tende a se tornar regra. A privatização da vida cotidiana, a sobrecarga doméstica e a informalidade dos vínculos de cuidado operam como formas estruturais da superexploração da força de trabalho nos países de economia periférica (Marini, 1981). Nesse sentido, Marini define que a superexploração ocorre quando há “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador” (Marini, 1981, p. 36).

A análise da reprodução social permite aprofundar a compreensão das formas contemporâneas de exploração nas economias periféricas. Conforme Bhattacharya (2013), a reprodução da vida, isto é, o conjunto de atividades que garantem a manutenção cotidiana da força de trabalho, constitui uma dimensão interna ao próprio funcionamento do capitalismo, uma vez que “a reprodução da força de trabalho é indispensável à reprodução do capital” (Bhattacharya, 2013, p. 4). Nesse marco, torna-se possível

compreender que a transferência de responsabilidades para o âmbito privado, a sobrecarga do trabalho doméstico e a precarização dos vínculos de cuidado não são fenômenos marginais, mas elementos estruturais do sistema. Essa dinâmica se articula diretamente ao conceito de superexploração formulado por Marini (1981), segundo o qual ela se expressa por meio da “intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador” (Marini, 1981, p. 36).

Diante disso, tais processos assumem contornos específicos em territórios periféricos e de fronteira, como é o caso de Corumbá/MS, onde as particularidades locais aprofundam e complexificam essas dinâmicas. Assim sendo, torna-se fundamental avançar para a análise da realidade concreta do município, a fim de compreender como essas determinações estruturais se materializam no cotidiano das mulheres pantaneiras.

3. O trabalho doméstico não remunerado em Corumbá/MS

A articulação entre racialização, generificação, territorialização e dependência molda o padrão brasileiro de reprodução social da força de trabalho. Tais processos não apenas afetam o acesso a bens e serviços, como determinam diferencialmente o valor da força de trabalho de segmentos específicos, aprofundando as condições para a superexploração da força de trabalho do conjunto da classe e permitindo mecanismos mais aviltosos a determinados setores. Ao mesmo tempo, a própria superexploração da força de trabalho contribui para reproduzir a racialização, a generificação e a territorialização, pois requer e aprofunda a naturalização de desigualdades sociais.

Em particular, esses três aspectos estão num campo de desvalorização da força de trabalho não branca e feminina, especialmente negra e (i)migrante, considerada como supostamente “menos qualificada”, “mais resistente” ou “adaptável”, o que permite a intensificação da jornada, a negação de direitos e a informalidade estrutural como norma para segmentos racializados, generificados e territorializados (Beltrão e Rocha, 2026).

Assim, a reprodução da vida desses grupos se dá sob condições estruturalmente inferiores com escolas sucateadas, saúde precária, ausência de saneamento básico, moradia inadequada, mobilidade precária, entre outras formas de

precarização da vida social. A partir dessa perspectiva, evidencia-se que a extração de valor está intrinsecamente vinculada aos processos desiguais de reprodução social.

A partir das contribuições de Beltrão e Rocha (2026), a perspectiva da reprodução social permite compreender que os processos de produção e de manutenção da vida são centrais para a própria dinâmica de acumulação capitalista. Nessa abordagem, evidencia-se que o capital depende permanentemente da reprodução da força de trabalho, embora, contraditoriamente, atue no sentido de fragilizar suas condições de sustentação ao transferir custos, intensificar precarizações e desresponsabilizar-se pela garantia da vida social.

É nesse sentido que Fraser (2020) formula a noção de contradição sociorreprodutiva: ao mesmo tempo em que necessita da reprodução social para sua valorização, o capital tende a corroer as bases que a tornam possível. Nas formações sociais dependentes, essa dinâmica adquire contornos ainda mais profundos, pois o capital se apoia nas desigualdades históricas, raciais, de gênero e de classe para reduzir ainda mais os custos da reprodução social.

Se, no plano geral, a reprodução social no capitalismo dependente se sustenta na responsabilização das mulheres pela manutenção da vida cotidiana, em Corumbá/MS essa dinâmica assume contornos ainda mais evidentes. Trata-se de um território localizado na região Centro-Oeste, no Pantanal Sul-mato-grossense, marcado pela condição de fronteira, pela limitada presença estatal e por especificidades socioeconômicas que intensificam a transferência das responsabilidades de cuidado para o âmbito doméstico (Abreu, 2025).

Soma-se a isso a relação de conurbação com o município de Ladário/MS, que intensifica a circulação cotidiana de usuários e reforça a pressão sobre os equipamentos públicos locais (Ficher, 2025). Essa dinâmica se expressa de forma concreta no acesso a direitos sociais básicos. Em situações de insuficiência de vagas na rede educacional, é comum que moradores transitem entre Corumbá e Ladário em busca de inserção escolar. De modo semelhante, observa-se a presença de indivíduos oriundos da Bolívia, inclusive com dupla nacionalidade, que acessam serviços públicos no município, sobretudo nas áreas de educação e saúde. No campo da saúde, destaca-se a centralidade de Corumbá como referência regional, uma vez que o município concentra

o principal hospital público da região, intensificando a demanda sobre o sistema local (SES, 2021).

Ao observar a organização concreta da vida social no município, evidencia-se que a sobrecarga na reprodução da vida recai, em grande medida, sobre as mulheres, o que pode ser observado tanto na centralidade feminina na responsabilidade familiar quanto nas dificuldades de acesso a políticas de cuidado, como a insuficiência de vagas em creches.

Tal realidade coaduna-se com a permanência de uma divisão social e sexual do trabalho, na qual a responsabilidade pelo cuidado, pela manutenção da casa e pela gestão da vida cotidiana permanece sob responsabilidade feminina, ainda que tais atividades sejam fundamentais à reprodução da vida social (Nieto, 2014).

Nessa direção, essa dinâmica pode ser compreendida à luz do capitalismo dependente, no qual a superexploração da força de trabalho implica também na redução dos custos de sua reprodução, deslocando para as mulheres a responsabilidade pela sustentação da vida cotidiana (Marini, 1981).

Essa realidade se torna ainda mais evidente diante da insuficiência de políticas públicas voltadas ao cuidado. Em Corumbá/MS, a escassez de vagas em creches e instituições de educação infantil evidencia, de forma concreta, os limites da atuação estatal na garantia das condições de reprodução da vida. Em 2024, segundo reportagem do portal Midiamax, mais de 900 crianças estavam na fila de espera por vagas em creches e pré-escolas no município, revelando a magnitude do problema no contexto local.

Embora se trate de um dado específico, ele expressa uma problemática estrutural mais ampla: a ausência de acesso à educação infantil compromete diretamente a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo daquelas pertencentes às camadas populares, que acabam assumindo integralmente o cuidado dos filhos ou recorrendo a redes informais de apoio (Machado; Verbicaro, 2021).

Nesse sentido, a insuficiência de políticas públicas de cuidado não apenas amplia a sobrecarga feminina, como também reforça sua permanência no espaço doméstico. Ademais, essa dinâmica é tensionada pelas especificidades do território e pela limitação da capacidade estatal de responder às demandas sociais, o que intensifica a transferência das responsabilidades de cuidado para o âmbito doméstico, especialmente

em contextos marcados pelo recuo do fundo público e pela fragilização das políticas sociais em nosso país (Behring, 2021).

Tal processo é também mediado por traços conservadores que reforçam a centralidade da família como instância de proteção social, contribuindo para a naturalização da responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidado (Santos; Cunha; Lima Júnior, 2023, p. 03).

Observa-se, ainda, que as mulheres constituem a maioria dos usuários dos serviços socioassistenciais, especialmente no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social. Tal dado não se apresenta como uma mera característica do público atendido, mas coaduna-se com a centralidade feminina na responsabilidade familiar, evidenciando que a política de assistência social opera, em grande medida, a partir da mulher como principal mediadora das estratégias de reprodução da vida (Oliveira e Soares, 2013).

Todavia, ainda que a centralidade da família esteja prevista no desenho dessas políticas, tal orientação não se apresenta como neutra, na medida em que reforça a responsabilização feminina e desloca para o âmbito privado responsabilidades que deveriam ser garantidas pelo Estado.

Por conseguinte, no contexto específico de Corumbá/MS, marcado pela condição de fronteira, pela circulação ampliada de usuários, pela conurbação com o município de Ladário e pelos limites da oferta estatal, o trabalho doméstico não remunerado feminino revela que a exploração não se limita à esfera produtiva, contudo se estende à própria reprodução da vida, sendo sustentada de forma invisibilizada no cotidiano das mulheres.

Assim sendo, tais particularidades territoriais não apenas intensificam as demandas sobre os serviços públicos, como também tornam mais evidentes as contradições do capitalismo dependente, nas quais a reprodução social é sistematicamente sustentada pelas mulheres e legitimada por mediações conservadoras que naturalizam essa responsabilização. A precariedade da inserção no mercado de trabalho, por sua vez, não rompe com essa lógica, entretanto a reforça, reafirmando a centralidade feminina na sustentação da vida em contextos periféricos.

4. Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu evidenciar que o trabalho doméstico não remunerado feminino, na realidade de Corumbá/MS, não pode ser compreendido apenas como consequência da insuficiência de políticas públicas, ainda que essa dimensão se manifeste de forma concreta no território. Trata-se, sobretudo, de uma expressão de determinações estruturais próprias do capitalismo dependente, no qual a reprodução da vida é sistematicamente deslocada para o âmbito privado e sustentada, majoritariamente, pelo trabalho das mulheres.

Ao articular os fundamentos da Teoria Marxista da Dependência e da Teoria da Reprodução Social, foi possível compreender que a centralidade feminina na sustentação da vida cotidiana não constitui um fenômeno contingente, mas uma condição necessária à própria dinâmica de acumulação do capital. Nesse processo, a redução dos custos da reprodução da força de trabalho ocorre por meio da intensificação do trabalho doméstico e de cuidado, realizado de forma invisibilizada no interior das famílias.

No caso de Corumbá/MS, essas determinações assumem contornos específicos. A condição de fronteira, a conurbação com o município de Ladário e a circulação ampliada de usuários intensificam as demandas sobre os serviços públicos. Como resultado, evidenciam-se os limites da atuação estatal e amplia-se a transferência das responsabilidades de cuidado para o âmbito doméstico. Nesse cenário, a insuficiência de políticas públicas, como no caso do déficit de vagas em creches, não apenas revela a precariedade da proteção social, mas também reforça a permanência das mulheres no espaço doméstico.

Entretanto, essa dinâmica não se sustenta apenas por limitações materiais. As políticas públicas e a prática profissional não são neutras, sendo atravessadas por determinações históricas e mediações conservadoras que orientam sua organização e intervenção. Nesse sentido, Behring (2008) aponta que se trata de um processo ideológico, no qual medidas neoliberais são difundidas como única alternativa, naturalizando a flexibilização do trabalho, a informalidade e a redução da proteção social.

Dessa forma, evidencia-se que o conservadorismo atua como mediação na naturalização dessas relações, especialmente em contextos como Corumbá/MS, onde a limitação da oferta estatal, associada à condição de fronteira, intensifica a transferência das responsabilidades de cuidado para o âmbito doméstico. Nesse cenário, o trabalho

doméstico não remunerado feminino permanece invisibilizado, ainda que sustente a reprodução da vida, sendo tratado como obrigação individual e familiar, e não como expressão da questão social.

Conclui-se que o trabalho doméstico não remunerado feminino em Corumbá/MS não pode ser compreendido apenas pela insuficiência de políticas públicas, mas como uma determinação estrutural da reprodução social no capitalismo dependente, reforçada por mediações conservadoras. Assim, a ausência estatal articula-se a determinações históricas e ideológicas que sustentam a centralidade feminina na reprodução da vida em contextos periféricos, evidenciando que a exploração não se limita à esfera produtiva, mas se realiza também na própria reprodução social.

5. Referências

- ABREU, Marcus Vinícius Azevedo de. **O trabalho doméstico não remunerado feminino no capitalismo dependente: um estudo em Corumbá/MS**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Ana Beatriz de Souza. **Trabalho escravo contemporâneo: a invisibilidade seletiva das trabalhadoras domésticas e o caso paradigmático “Madalena Gordiano”**. 2022. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48959>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social na pandemia da covid-19: proteção para quem?** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 66–83, jan./abr. 2021.
- BELTRÃO, Mariana Fernandes Alcoforado e ROCHA, Camila Carduz. **Reprodução social da força de trabalho: uma chave para apreender a questão social**. Katálysis, Florianópolis, v.29, 2026, p 1-10.
- BERDAGUE, Veronica Marques da Costa. **Trabalho reprodutivo e capitalismo: a teoria da reprodução social como ferramenta de análise crítica**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 1151–1169, fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i2.18176>.
- BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?**. Socialist Worker,

2013. Tradução de Renata Vereza.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, **Família e Combate à Fome. Observatório do Cadastro Único – Corumbá/MS**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/observatorio-cadunico>. Acesso em: 24 out. 2025.

CAMARGO, Janaina Alves. **FETSUAS-RJ: resistência em movimento contra a precarização do trabalho no SUAS**. Temporalis, Brasília, ano 25, n. 49, p. 430–445, jan./jun. 2025.

CARLOTO, Cássia Maria. **Programa Bolsa Família, cuidados e o uso do tempo das mulheres**. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (org.). *Familismo, direito e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015. p. 179–210.

FICHER, Alisson. **Cidade brasileira fica “dentro” de outra, tem mais de 21 mil moradores em apenas 354 km² e abriga poderoso comando naval da Marinha em área estratégica do Pantanal, segundo o IBGE**. Click Petróleo e Gás, 20 dez. 2025. Disponível em: <https://clickpetroleoegas.com.br/cidade-brasileira-fica-dentro-de-outra-tem-mais-de-21-mil-moradores-em-apenas-354-km%C2%B2-e-abriga-poderoso-comando-naval-da-marinha-em-area-estrategica-do-pantanal-segundo-o-ibge-afch/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

GOMES, Tiffany Gabrielli de Oliveira; SOUSA, Fabrício de. **Reflexões sobre a teoria da reprodução social e a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro**. Revista Ciências do Trabalho, n. 26, nov. 2024.

HORST, Cláudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia. **Serviço social e o trabalho social com famílias: renovação ou conservadorismo?** Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 228–246, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MACHADO, Juliana Pantoja; VERBICARO, Loiane Prado. **Reprodução social: mecanismo de intensificação da exploração das mulheres no sistema capitalista neoliberal**. Revista Acervo, v. 13, n. 3, 2021. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/peri/article/view/5053>. Acesso em: 10 set. 2025.

MARTINS, Juliana Barreto. **Trabalho invisível e superexploração da força de trabalho: as múltiplas jornadas das mulheres no capitalismo classista, racista e patriarcal**. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde. **Com novo cronograma,**

complexo hospitalar de Corumbá está com 85% de sua estrutura pronta. Campo Grande: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, 2021. Disponível em: <https://www.saude.ms.gov.br/com-novo-cronograma-complexo-hospitalar-de-corumba-esta-com-85-de-sua-estrutura-pronta/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

MIDIAMAX. Corumbá tem mais de 900 crianças na fila por vagas em creches e pré-escolas. 2024. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2023/corumba-tem-mais-de-900-criancas-na-fila-por-vagas-em-creches-e-pre-escolas>. Acesso em: 16 set. 2025.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** In: Mota, Ana Elizabete et al. (org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.

NIETO, María Paz. **Importancia del trabajo no remunerado: su medición y valoración mediante las encuestas de uso del tiempo.** In: GARCÍA, Brígida; PACHECO, Edith (org.). *Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México*. [S.l.]: Colegio de México, 2014. p. 53–114.

OLIVEIRA, Luís; SOARES, Sergei. **“Efeito preguiça” em programas de transferência de renda.** In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo (org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Rosimeire dos; CUNHA, Fátima Raulina de Sousa; LIMA JÚNIOR, Jurismar Mendes. **Conservadorismo, proteção social e as famílias brasileiras: reflexões teóricas e a incidência ao familismo.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2022, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ENPESS, 2022.

VERONEZE, Renato Tadeu. **Programas de transferência monetária em implementação no Estado Plurinacional de Bolívia, pré e durante a pandemia da COVID-19: uma abordagem preliminar.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2022, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ENPESS, 2022.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory.** Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].